



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou em 17/09/2014, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por razões profissionais, se encontra fora do concelho, pelo que será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes, pelo período de um mês.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 20, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2014
3. REQ. N. 1149/14, DATADO DE 30/07/2014 – PC N.º 275/14, DATADO DE 30/07/2014 – RAUL AUGUSTO SOUSA BATALHA
4. REQ. N. 1083/14, DATADO DE 18/07/2014 – PC N.º 258/14, DATADO DE 18/07/2014 – ETELVINA PELARIGA MARQUES

5. REQ. N. 1205/14, DATADO DE 11/08/2014 – PC N.º 248/14, DATADO DE 09/07/2014 – IMOBILIÁRIA PONTO NOVO, S.A.
6. REQ. N. 957/14, DATADO DE 25/06/2014 – PC N.º 227/14, DATADO DE 25/06/2014 – AFONSO MIGUEL SANTOS COELHO CARDEIRA
7. REQ. N. 1058/14, DATADO DE 14/07/2014 – PC N.º 116/14, DATADO DE 11/04/2014 – JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA
8. REQ. N. 970/11, DATADO DE 10/05/2011 – PC N.º 52/10, DATADO DE 19/03/2010 – PEGOFA INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA
9. REQ. N. 942/11, DATADO DE 09/05/2011 – PC N.º 411/07, DATADO DE 22/06/2007 – SIMONE FERNANDES VALENTE
10. REQ. N. 928/14, DATADO DE 19/06/2014 – PC N.º 219/14, DATADO DE 19/06/2014 – SAICA PACK PORTUGAL, S.A.
11. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
12. EDIFÍCIOS DEGRADADOS – AV.º 1.º DE MAIO, NºS. 58/60 – MARINHA GRANDE – AUTO DE VISTORIA - REALIZAÇÃO DE TRABALHOS URGENTES - NOTIFICAÇÃO DOS HERDEIROS – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO.
13. RECEPÇÃO DEFINITIVA
14. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – ALTERAÇÃO AO PROJECTO
15. ALIENAÇÃO DO PRÉDIO SITO NA AMIEIRINHA - MARINHA GRANDE, DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DA MARINHA GRANDE SOB Nº 19947 E INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P19856, COM A ÁREA TOTAL DE 1.096,50 M². ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA.
16. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE AGOSTO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.
17. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO PERÍODO DE 1 JUNHO A 31 DE AGOSTO DE 2014.

18. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE *“SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE GUIA TURÍSTICO DO CONCELHO EM PORTUGUÊS E INGLÊS”*
19. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE *“CONCERTO DE ANTÓNIO ZAMBUJO”*.
20. CRIAÇÃO DE POSTO DE COBRANÇA NA TESOURARIA
21. 17.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2014 - 3.ª REVISÃO
22. ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS, ESTUDO DO TARIFÁRIO E ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO REGULAMENTO DE TARIFAS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2014/A/184 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014
23. LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2014 A COBRAR NO ANO DE 2015
24. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA RESPEITANTE AO ANO DE 2014 A LIQUIDAR NO ANO DE 2015
25. PROPOSTA DE DOAÇÃO DE RETRATO DA SR.ª D.ª MARIANA LOPES VIEIRA
26. REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 45, SITO NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL, CAMARNAL – DORINDO EDGAR ALMEIDA GLÓRIA SANTOS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
27. REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 55, SITO NA RUA ANTÓNIO LOPES, CAMARNAL – LETÍCIA FERNANDES CORREIA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
28. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE OUTUBRO DE 2014.

30. RESUMO DE TESOURARIA



1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se os seguintes munícipes:

1 - Sr. Miguel Oliveira Quinas e Sr. José Eduardo Maia Pereira, que pretendem falar sobre a Rua das Andorinhas.

O **Sr. Miguel Quinas** passou a palavra ao **Sr. Maia**, porta-voz dos moradores da Rua das Andorinhas, que referiu que em reunião realizada em 18/02/2011 ficou prometido, verbalmente, que as obras se iniciariam em 2012 e terminariam em 2013, e tal não aconteceu. Continua tudo na mesma, já veio à Câmara muitas vezes e os resultados não têm sido nenhuns. A canalização da rua é muito velha, está sempre a rebentar, depois vão repará-la e fazem buracos no pavimento, a acrescentar aos que já existem, pelo que se sentem esquecidos pela Câmara. Também há pequenas empresas instaladas nesta rua, que têm os seus trabalhadores, e não há saneamento, parece um lugar do 3.º mundo. Terminou referindo que os moradores pretendem ter uma noção do planeamento da Câmara para estas obras.

O **Sr. Miguel Quinas** lembrou que não existem passeios e que era bom que se pensasse em fazê-los quando se arranjar a rua, uma vez que passa por ali muita criança a caminho da escola.

2 - Sr.ª Maria Suzete Oliveira, que pretende saber se já há notícias ou qualquer resposta sobre o assunto que apresentou há algum tempo referente à construção de um jazigo no cemitério da Marinha Grande.

3 - Sr. José Narciso, que falou sobre os seguintes assuntos:

- Rua das Laranjeiras - começou por louvar a obra, mas disse que em 2006, quando foi feita a obra da Rua das Empalhadeiras, ficou uma esquina sem passeio, as crianças que ali passam têm que ir para a estrada, não há plano para as águas pluviais e é necessário. Já falou com a Eng.ª Sara Vidal e ela disse-lhe que não estava previsto na obra, pelo que pede à Câmara para que seja contemplado.
- Árvores da Av.ª José Gregório – as braças estão muito baixas e para os transeuntes mais altos, como é o seu caso, já dificultam a passagem, pelo que pede que sejam podadas.
- Rua por detrás da fábrica do Morais – há um sinal de trânsito, muito antigo, de sentido obrigatório, só que o sentido vai dar a uma casa, pelo que aconselha a que seja retirado.

Concluiu a sua intervenção, referindo que gostou de ter estado presente, que aquilo que pretende fazer é autocrítica e que a sua participação terá sempre um sentido construtivo.

4 - Sr.ª Maria Araújo Rodrigues Pereira, que se inscreveu para falar sobre vala pública na Comeira.

A munícipe não compareceu.

No âmbito dos seus pelouros, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Rua das Andorinhas – pediu aos serviços informações sobre o processo, e pode informar que o projeto está em desenvolvimento, com 2 técnicos a trabalhar no mesmo, e esperam tê-lo pronto até ao final do ano, para lançar o concurso. Informou ainda que a rua vai ser contemplada com passeios, assim como vão ter a Rua das Laranjeiras e a da Panificadora. Vai ser requalificada a rede de abastecimento de água, vai ter saneamento doméstico e pluvial e vai ser feita a redefinição e limpeza da vala. A obra da rua já está inscrita no orçamento deste ano e para o ano de 2015, e terá um prazo de execução de cerca de 160 dias. Nesta altura verificou-se um diálogo entre o Sr. Vereador e o Município, que o **Sr. Presidente** interrompeu para explicar que as obras têm um prazo de início e de fim, e que aquilo que se espera é que decorram normalmente e dentro dos prazos. O **Sr. Vereador** acrescentou que espera ter a colaboração necessária dos moradores se houver necessidade de cedências para a execução de passeios.
- ⇒ Sr. José Narciso – o Sr. Vereador informou o Município que em virtude da sua inscrição ter sido efetuada na véspera da reunião não teve tempo de pedir informações aos serviços, contudo tomou nota da sua intervenção para ir verificar a situação. Informou que a obra contempla a remodelação da rede de águas, saneamento doméstico e pluvial, mas não sabe dizer se o coletor tem condições

ou não para ser alargado. Vai falar com o responsável pelo projeto e se for necessário prever far-se-á.

- ⇒ Poda das árvores – é verdade aquilo que o Sr. Narciso afirma e ir-se-á fazer.
- ⇒ Sinalização – embora não esteja a ver a situação apontada, vai verificar com os serviços.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Rua das Andorinhas – já foi respondida pelo Sr. Vereador, e apenas lhe resta acrescentar que lamenta que ainda não tenha sido contemplada.
- ⇒ Rua das Laranjeiras – foi lá este fim de semana, está a acompanhar a obra, e tem vindo a falar com a Eng.^a que está a acompanhá-la, e irão ver o que ainda é possível fazer, pois o objetivo da obra é a Rua das Laranjeiras e não das Empalhadeiras, apesar de haver acompanhamento e preocupação pela situação descrita.
- ⇒ Jazigo – o levantamento de tudo aquilo que está no cemitério ainda não está feito, e só isso é que irá permitir que se resolva o problema deste jazigo e outros problemas que existem no cemitério, de forma a arranjar uma solução que não prejudique ninguém.
A Munícipe insurgiu-se pela demora em obter uma resposta, tendo o Sr. Presidente informado que os serviços do GAM estão sobrecarregados e um pouco desfalcados em termos de recursos humanos, pelo que ainda não lhes foi possível terminar os trabalhos.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e agradecendo a sua presença, referindo depois o seguinte:

- ⇒ Relativamente às intervenções do Munícipes disse que assina por baixo tudo o que disseram, referindo que aquilo que os fez aqui vir é a resolução do seu sofrimento e preocupação, e o executivo tem que dar primazia à resolução destes problemas. As pessoas devem estar sempre em primeiro lugar, como demonstra o caso da preocupação na execução dos passeios para as crianças.
- ⇒ Jazigo – pensa que o assunto se vai resolver. Também vai fazer pressão junto do Presidente e dos Vereadores para que os problemas apresentados pelos munícipes sejam resolvidos.

- ⇒ Ponto de situação da creche – referiu que o PS tem uma filosofia que também é a sua. Leu e lembrou um artigo publicado em 02/09/2012 num jornal, que informava que iria funcionar uma creche nas instalações da antiga IVIMA. Como esta informação remonta ao tempo da então Vereadora Cidália Ferreira, pergunta qual é o ponto de situação, uma vez que este assunto faz parte do programa eleitoral do PS.
- ⇒ Buraco – chamou a atenção para um buraco existente na Rua 25 de Abril, de grandes dimensões, e que é necessário reparar.

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Esta semana comemorou-se o 35.º aniversário de uma das mais importantes conquistas de Abril - o Serviço Nacional de Saúde.
Há aproximadamente um ano teve lugar um “Abraço Luminoso” à volta do Centro de Saúde.
Questionou qual tem sido, até à data, a atuação da Câmara junto da Administração Regional de Saúde do Centro, no sentido de procurar responder às necessidades sentidas pelos utentes deste Centro.
- ⇒ Perguntou quando irão ser executadas as obras ou melhorias previstas para as escolas de Casal do Malta, Ordem e Várzea.
- ⇒ Pretende saber se todas as crianças, cujos pais o solicitaram, foram integradas nas atividades da Componente de Apoio à Família.
- ⇒ Leu o seguinte texto sobre S. Pedro de Moel:

“ALERTA SOBRE O FUTURO DE S. PEDRO DE MOEL

No ano passado, as necessárias obras de intervenção na costa constituíram um incómodo considerável para os frequentadores da praia, afastando mesmo alguns.

Este inverno, a violência do mar deixou um rasto de destruição, provocando estragos a necessitar de reparações urgentes antes do início da época balnear, que, infelizmente não se concretizaram.

O encerramento do complexo das piscinas e o seu estado de abandono retirou atrativos muito consideráveis à nossa praia e transformaram aquele espaço num cenário vergonhoso.

Mas importa realçar as consequências deste encerramento a médio e longo prazo.

O facto de terem existido espaços de diversão, como piscinas, bares e discotecas no perímetro de S. Pedro, constituía uma vantagem competitiva muito considerável, porque as famílias que lá passam férias estavam tranquilas, pois os adolescentes e jovens não

precisavam de se deslocar de carro, à noite, para outros locais de diversão, evitando os riscos de acidentes, que todos sabemos, isso pode acarretar.

S. Pedro tem sido uma praia onde, desde há muitos anos, gerações sucessivas de famílias de várias zonas do país têm por hábito passar férias, na maioria alugando casas.

Este verão ouvi, com apreensão, muitos jovens dessas famílias lamentarem-se junto dos pais, e a manifestarem vontade de não quererem voltar, pois com o fecho do Snoobar e do Hot-rio, há pouco para onde ir à noite.

Rumando para outras praias com outros atrativos, desabitando-se de cá passar férias, não retomaremos estes veraneantes nunca mais, se nada fizermos.

Também não atrairemos outros, com a visão desgraciosa de uma praia novamente em obras, com proteções provisórias em plástico e rede, que, sinceramente acho que não podiam ser mais agressivas, de tão feias e tão tortas.

Para compensar o encerramento de alguns locais poder-se-iam valorizar alternativas do nosso património, como a Casa Museu Afonso Lopes Vieira, mas, infelizmente esteve frequentemente fechada e o horário até foi tapado com uma folha de papel.

Não estou aqui a apresentar reclamações sobre o que não foi feito e deveria ter sido, estou a fazer uma chamada de atenção e a solicitar uma reflexão a quem tem responsabilidades políticas, para que S. Pedro de Moel, ganhe vida e futuro e não se transforme dentro de poucos anos numa decadente praia maioritariamente da terceira idade, muito exclusiva, é certo, mas que nada acrescentará ao nosso concelho.

O imenso potencial turístico que dela se pode aproveitar, merecem essa reflexão e o delinear de uma boa estratégia para o seu desenvolvimento, assim como a merecem os habitantes do concelho.

*Maria João Gomes
+ Concelho”*

⇒ Referiu que registou com agrado a resposta dada à mais que legítima solicitação dos moradores da Rua das Andorinhas, de que até ao princípio do ano que vem irá ser lançado o concurso para a requalificação da rua.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e manifestou o seu agrado pela participação de todos na comunidade autárquica a que pertencem.

Sobre o atendimento ao público disse o seguinte:

⇒ Realçou a persistência do Sr. Maia, mas hoje, tanto ele como os restantes moradores irão mais tranquilos com a resposta obtida, e há que acreditar que a obra irá ser feita.

- ⇒ Em relação à poda das árvores estamos a chegar ao outono, que é a altura para o fazer e é importante que as árvores sejam podadas e não cortadas, porque assim o seu crescimento é controlável.
- ⇒ Sobre a construção do jazigo referiu que este assunto levantou outros problemas que existiam no cemitério, daí levar algum tempo mas é bom que se resolva o problema do geral e não só do particular.

Prosseguiu abordando os seguintes assuntos:

- ⇒ Enalteceu o jovem hoquista Gonçalo Domingues, formado no SCM e que ingressou nos juniores do Benfica, demonstrando o bom trabalho que se faz na formação dos nossos clubes. Este jovem é mais especial por ser sobrinho da Vereadora Alexandra, a quem endereçou os seus parabéns.
- ⇒ Uma vez mais relevou o marinhense de eleição João Colaço, que tinha louvado em 16 de abril quando participou na Maratona das Areias e agora ultrapassou a ultramaratona Tor des Geants. Não é qualquer atleta que percorre 336 km, com 24.000 metros de desnível positivo, em menos de 88h. Foi uma prova que iniciou no domingo e terminou na quinta-feira, consecutivamente, realçando a capacidade física e mental que só os superdotados conseguem. Não sendo o mais relevante, dever-se-á destacar que foi o melhor português, terminando em 13º lugar, sobretudo por ser alguém que não é profissional. É uma honra ter na nossa comunidade um atleta desta estirpe, que orgulhosamente afirma em todas as entrevistas que é da Marinha Grande.
- ⇒ Enalteceu também os Patinadores de Velocidade do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, que voltaram a brilhar no último fim-de-semana, nos Campeonatos Nacionais, no Algarve, conseguindo alguns títulos e lugares de destaque.
- ⇒ Disse que é com profunda mágoa que lamenta que estas duas situações não tenham apoio da Câmara, porque ambas não estão abrangidas por um caduco Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra. Desde outubro que realça esta lacuna. Os auditores falaram desta injustiça. E continuamos sem ter capacidade de apoiar quem realmente eleva o nome da Marinha Grande pelo país e pelo estrangeiro. Recomenda que pelo menos se faça um agradecimento público, pois para isso não precisam de regulamento nem tem custos.
- ⇒ Inundação no pátio do quartel dos bombeiros - cada vez que chove com um pouco mais intensidade o pátio dos bombeiros, bem como as arrecadações, ficam inundadas. Este assunto é recorrente, tem anos e é conhecido pelo executivo permanente da Câmara. Gostaria de saber qual a causa do problema e quando pensam resolver, dado que já começou a chover intensamente. Disse que, se for necessário, pode enviar fotos que tirou nestes dias. Sugeriu que antes de se intervir a tubagem seja verificada por uma empresa de desentupimento especializada.

Ainda neste pátio, entende que a Câmara deve ajudar a resolver a questão do muro e das árvores envolventes porque as placas lá existentes estão a ceder.

- ⇒ Existem localidades que sinalizam a sua entrada com placas e com pórticos, como foi o exemplo recente da Burinhosa. Nós, como somos inovadores, sinalizamos com a estrada rebentada. A entrada da Vieira pelo lado de Leiria tem a estrada rebentada, parece ser o efeito das raízes dos pinheiros. Foi alertado por alguns munícipes e fez uma visita ao local e verificou que a saliência é tão alta que são muitos os carros que ali batem por baixo, com as devidas consequências. Nota-se que na protuberância existente já foi colocado alcatrão, que obviamente não resolve o problema, eventualmente até o agrava porque fica mais alto. Mostrou duas fotos, uma tirada a semana passada e a outra retirada do Google Earth. O mais surpreendente é que as imagens do Google Earth foram tiradas em agosto de 2009, e passados 5 anos o problema não foi resolvido, antes foi agravado. Poder-se-á até afirmar que é uma estrada regional, mas em tanto tempo será que não houve oportunidade de falar com os responsáveis para eliminar este problema que afeta todos os vieirenses e quem os visita? Relembrou que esta é a principal entrada dos turistas vindos de outro concelho. Se os responsáveis pela estrada não têm dinheiro para fazer esta reparação, será que a Câmara ou a Junta não poderão dialogar com os responsáveis e assumirem a sua reparação? Caso o problema sejam os custos, disponibilizou-se para liderar um peditório para angariar verbas para resolver o problema, pois tem a certeza que os vieirenses generosamente irão contribuir e resolver de vez esta desagradável situação.

Após esta sugestão, o **Sr. Presidente** insurgiu-se e disse que a Câmara Municipal da Marinha Grande não precisa, porque paga a tempo e a horas.

De seguida usou da palavra o Sr. Vereador Vítor Pereira, que cumprimentou todos os presentes.

De seguida abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Sobre as intervenções dos munícipes disse que refletiu e não irá intervir, de forma a quase fazer comícios, porque entende que quando aqui vêm é para tentarem resolver os seus problemas e não vêm aqui para serem louvados ou abraçados, vêm no cumprimento dos seus deveres de cidadania. Não está aqui para fazer comícios mas sim para trabalhar.
- ⇒ Convidou todos os presentes para a Semana do Design, de 3 a 10 de outubro, referindo que não pretende ser um acontecimento para as empresas cujo objecto é a engenharia e o produto, mas sim um contributo e uma mais-valia para o melhor aproveitamento dessas empresas.

- ⇒ Casa da Cultura – está tudo bem encaminhado para a sua abertura e iremos ter uma sala que orgulhará todos os marinhenses.
- ⇒ Jazigo – fazemos votos para que este problema contribua, no futuro, para um melhor funcionamento do cemitério.
- ⇒ Apoios – esclareceu que já houve apoios que não foram atribuídos por falta de entrega de documentos, e que depois dará conhecimento ao Sr. Vereador Aurélio.
- ⇒ Regulamento – está praticamente concluído e virá brevemente a reunião. Não pretende tomar decisões precipitadas, pois quer o Sr. Vereador Aurélio goste ou não goste é ele que planeia o seu trabalho.
- ⇒ Bombeiros – também acompanhou esta situação e sabe que vai ser vista, pois esta instituição deve ser apoiada e acarinhada.
- ⇒ Estrada do Boco – o Sr. Vereador Paulo Vicente informará se esta estrada é da nossa responsabilidade ou não, mas sobre o peditório não pode estar nada de acordo, pois isto, tal como noutras situações, é uma atitude demagógica, e confessou que não esperava ouvir isto do Sr. Vereador Aurélio.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou os presentes e respondeu o seguinte às questões colocadas pela Sr.ª Vereadora Maria João Gomes:

- ⇒ CAF's – não tem notícia de que tenha sido excluída alguma candidatura, mas depois falará sobre este assunto com a Sr.ª Vereadora.
- ⇒ Obras nas escolas – remete a resposta para o Sr. Vereador Paulo Vicente, uma vez que é a pessoa mais indicada.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte, no âmbito dos seus pelouros:

- ⇒ Ao ouvir o que foi dito anteriormente, até parece que o executivo permanente não faz nada e os Srs. Vereadores da oposição, com a sua varinha mágica, fazem tudo. A demagogia tem limites.
- ⇒ Buraco da Rua 25 de Abril – tem a ver com a rede de gás e a situação já foi reportada à empresa.
- ⇒ Escolas – estão em obras, que foram planeadas com os agrupamentos, não foram concluídas antes do início do ano letivo mas está tudo programado para não haver prejuízos para os alunos e a situação já foi explicada aos pais. Em Casal do Malta e na Várzea vão ser retirados os fibrocimentos, a Ordem vai ser intervencionada nas férias do Natal e os Outeiros já foram. Houve intervenção nas casas de banho da escola John Beare e no polidesportivo da Praia da Vieira.
- ⇒ Rua das Andorinhas – reforçou a informação prestada aos moradores da rua.
- ⇒ Casa Afonso Lopes Vieira e Colónia – necessitam de obras de conservação e o projeto está a ser trabalhado para se lançar o procedimento, assim como também para o Centro Azul.

- ⇒ Obras na costa – são da competência da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, com quem a Câmara fez um protocolo para as intervenções, que são obrigatoriamente por concurso público. Os wc's foram feitos e as outras obras estavam adjudicadas para começar quando no mês de agosto as empresas fornecedoras dos materiais estavam fechadas para férias, pelo que vão agora ser feitas, assim como o estacionamento da Praia Velha.
- ⇒ Poda das árvores – vai ser feita. As árvores que foram cortadas estavam no meio dos passeios, é uma situação diferente, em que se privilegiou a mobilidade das pessoas, pois não se pode dar uma no cravo e outra na ferradura.
- ⇒ Bombeiros – há um declive muito acentuado em relação ao jardim da Cerca. Os serviços estão a ver um projeto para a drenagem das águas pluviais. As nossas máquinas não conseguiram desentupir. Tem que se anular o declive, mas tem que se ter cuidado porque há ali óleos e não se podem enviar para a vala. Isto já foi dito aos Bombeiros, está a ser feito um projeto e também vai ser contemplado o arranjo do muro.
O **Sr. Vereador Aurélio** perguntou qual o timing previsto.
O **Sr. Vereador** respondeu que o timing é o dos serviços, pois acabou de dizer que tem 2 técnicos no projeto da Rua das Andorinhas e 1 deles é o mesmo que vai fazer este projeto.
- ⇒ Estrada do Boco – trata-se de um troço de cerca de 300 ou 400 metros, é da competência das Estradas de Portugal, e a Câmara já lhes disse que estava disposta a que seja reclassificado e que venha para a nossa posse para assim poder fazer as obras. Neste momento aguarda-se a resposta, pelo que a Câmara não necessita de nenhum peditório.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Casa Museu Afonso Lopes Vieira – está a ser preparado o projeto para a intervenção, tal como o Sr. Vereador já informou.
- ⇒ Piscinas – é propriedade privada, contudo a Câmara tudo fará para apoiar a empresa, de modo a fazer as obras necessárias.
- ⇒ Sobre a falta de pessoal disse que até parece que a Sr.^a Vereadora Maria João não vive neste País, pois desde que chegou à Câmara ainda não conseguiu colocar uma pessoa, e os que cá estão têm estado a sair por diversos motivos. Este ano letivo a Câmara tinha apresentado 51 candidaturas para receber desempregados para os agrupamentos e só vieram pouco mais de 10, até já aparecem desempregados de outros concelhos, porque as pessoas só podem estar 1 ano numa instituição e depois não podem repetir mais tempo. Lamenta que a Sr.^a Vereadora ande distraída.
- ⇒ Hotel de S. Pedro – não consegue obrigar os proprietários a fazer obras.
- ⇒ Peditório – como é sabido a Câmara Municipal da Marinha Grande não precisa de dinheiro, antes pelo contrário, vai é contribuir para aquelas que fizeram rotundas.
- ⇒ Bombeiros – o Sr. Vereador está a acompanhar o caso.

- ⇒ Estrada de Vieira de Leiria – o Sr. Vereador Aurélio não estudou bem o caso, porque a Câmara está a acompanhar a situação, só que as Estradas de Portugal não nos deixam intervir, tal como na Estrada de S. Pedro, assim como também acontece nas estradas das matas com o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.
- ⇒ Creche 24 horas – de início nunca seriam as 24 horas.
Sobre este assunto o **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que o projeto eléctrico teve problemas e está para certificação na CERTIEL, aguardando-se a referida certificação.
O **Sr. Presidente** prosseguiu referindo que os organismos também têm o seu timing, e assim que venha a certificação será lançada a obra. Sobre o funcionamento logo se verá se a Segurança Social está disposta para colaborar.

Depois de referir que julga terem sido respondidas todas as questões colocadas, o Sr. Presidente deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 20, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2014

728 - Presente a ata n.º 20, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 04 de setembro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Vítor Pereira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Abstive-me na aprovação da ata n.º 20 tendo em consideração que não estive presente por me encontrar em período de férias, no entanto uma pequena referência tendo em consideração aquilo que consta da mesma e que tive conhecimento à posteriori.

Afirmar que não entro nem pactuarei com o jogo de palavras do Sr. Vereador Aurélio Ferreira e não responderei da forma indelicada como o fez.

Independentemente das opiniões políticas continuo a pensar que o respeito e a educação são valores que todos devemos prosseguir.

Relativamente aos cargos desempenhados no Sporting Clube Marinhense continuo a achar que valeu a pena eu ter convidado o Sr. Aurélio Ferreira para meu Vice-Presidente quando eu fui Presidente da Direção do Clube. Acho que desenvolvemos um bom trabalho e entendo que devemos continuar a pautar a nossa atuação no movimento associativo por regras de elevado civismo e defesa dos interesses dos marinhenses.”

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 10:55 horas às 11:15 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3 - REQ. N. 1149/14, DATADO DE 30/07/2014 – PC N.º 275/14, DATADO DE 30/07/2014 – RAUL AUGUSTO SOUSA BATALHA

729 - Presente requerimento n.º 1149/14, datado de 2014/07/30, constante do processo camarário n.º 275/14, subscrito por RAÚL AUGUSTO SOUSA BATALHA, com o NIF n.º 136112099, residente na Rua Verde Pinho, Lote 1, freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização da alteração de moradia e anexo*” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Travessa Particular Laura Roberto, n.º 9, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13592, e inscrito na respetiva matriz sob o número 15672.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/09/04, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Legalização da alteração de moradia e anexo*” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Travessa Particular Laura Roberto, n.º 9, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13592, e inscrito na respetiva matriz sob o número 15672, com o número de processo 275/14, com data de entrada em 2014/07/30, apresentado por RAÚL AUGUSTO SOUSA BATALHA, com o NIF n.º 136112099, residente na Verde Pinho, Lote 1, freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera INFORMAR o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 1083/14, DATADO DE 18/07/2014 – PC N.º 258/14, DATADO DE 18/07/2014 – ETELVINA PELARIGA MARQUES

730 - Presente requerimento n.º 1083/14, datado de 2014/07/18, constante do processo camarário n.º 258/14, subscrito por ETELVINA PELARIGA MARQUES, com o NIF n.º 161467571, residente na Rua de Santo António de Platina, n.º 33, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Alteração e ampliação de moradia unifamiliar*” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Litoral Oeste, n.º 3, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 6460, e inscrito na respetiva matriz sob o número 2241.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/09/04, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Alteração e ampliação de moradia unifamiliar*” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Litoral Oeste, n.º 3, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 6460, e inscrito na respetiva matriz sob o número 2241, com o número de processo 258/14, com data de entrada em 2014/07/18, apresentado por ETELVINA PELARIGA MARQUES, com o NIF n.º 161467571, residente na Rua de Santo António de Platina, n.º 33, lugar Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 1205/14, DATADO DE 11/08/2014 – PC N.º 248/14, DATADO DE 09/07/2014 – IMOBILIÁRIA PONTO NOVO, S.A.

731 - Presente requerimento n.º 1205/14, datado de 2014/08/11, constante do processo camarário n.º 248/14, subscrito por IMOBILIÁRIA PONTO NOVO, S.A., com o NIPC n.º 503537292, com sede na Rua da Índia, n.º 15, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização e ampliação de barracão*” existente, incidente sobre dois prédios, um urbano e o outro rústico, sítios na Rua da Índia, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 2708 e 2709, e inscritos na respetivas matrizes sob os números 1628 e 9604, respetivamente.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/09/12, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Legalização e ampliação de barracão*” existente, incidente sobre dois prédios, um urbano e o outro rústico, sítios na Rua da Índia, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 2708 e 2709, e inscritos nas respetivas matrizes sob os números 1628 e 9604, respetivamente, com o número de processo 248/14, com data de entrada em 2014/07/09, apresentado por IMOBILIÁRIA PONTO NOVO, S.A., com o NIPC n.º 503537292, com sede na Rua da Índia, n.º 15, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera INFORMAR o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 957/14, DATADO DE 25/06/2014 – PC N.º 227/14, DATADO DE 25/06/2014 – AFONSO MIGUEL SANTOS COELHO CARDEIRA

732 - Presente requerimento n.º 957/14, datado de 2014/06/25, constante do processo camarário n.º 227/14, subscrito por AFONSO MIGUEL SANTOS COELHO CARDEIRA, com o NIF N.º 166317810, com residência em Rua Professor Dr. José Custódio de Moraes, n.º 659, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento para a “Alteração do Loteamento Urbano”, a incidir sobre o lote designado por “Lote n.º 21”, do loteamento urbano sito no lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 5/01, datado de 14 de novembro de 2001.

Presente Processo Camarário n.º 1589/98, referente à “Operação de Loteamento Urbano”, levada a efeito no lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 5/01, datado de 14 de novembro de 2001, emitido em nome de Alcormo – Empreendimentos Imobiliários, Lda.

Presente parecer técnico da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 2014/09/02, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja sujeita a prévia discussão pública, antes de ser submetida a aprovação.

Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou sujeitar a DISCUSSÃO PÚBLICA o pedido de “Alteração da Licença de Operação de Loteamento Urbano”, a incidir sobre o lote designado por “Lote n.º 21” do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

loteamento urbano sito no lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 5/01, datado de 14 de novembro de 2001, emitido em nome de Alcormo – Empreendimentos Imobiliários, Lda., requerida por AFONSO MIGUEL SANTOS COELHO CARDEIRA, com o NIF N.º 166317810, com residência em Rua Professor Dr. José Custódio de Moraes, n.º 659, freguesia e concelho de Marinha Grande, em cumprimento do disposto no n.º 1 do art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e n.º 2 do art. 28.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1058/14, DATADO DE 14/07/2014 – PC N.º 116/14, DATADO DE 11/04/2014 – JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA

733 - Presente requerimento n.º 1058/14, datado de 2014/07/14, constante do processo camarário n.º 116/14, subscrito por JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA, com o NIF n.º 189356472, residente na Rua Forno da Cal, Bloco B – R/C G, lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização e alteração de casa de habitação*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Embra, n.º 37, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19825 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4836 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/08/21, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Legalização e alteração de casa de habitação*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Embra, n.º 37, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19825 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4836 da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 116/14, com data de entrada em 2014/04/11, apresentado por JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA, com o NIF n.º 189356472, residente na Rua Forno da Cal, Bloco B – R/C G, lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

1. Instalação do recetáculo postal domiciliário executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera INFORMAR o requerente:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 970/11, DATADO DE 10/05/2011 – PC N.º 52/10, DATADO DE 19/03/2010 – PEGOFA INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA

734 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 970/11, datado de 2011/05/10, constante do processo camarário n.º 52/10, inerente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um edifício habitacional e muros de vedação/contenção*”, a incidir no prédio urbano sito na Rua dos Baroseiros, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7482 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1580 da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, apresentado por PEGOFA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., com o NIPC n.º 508196981, com sede na Rua das Portas Verdes, n.º 3 – r/c, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/09/09, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um edifício habitacional e muros de vedação/contenção*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Baroseiros, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7482 e inscrito na matriz sob o artigo n.º 1580 da respetiva freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 52/10, com data de entrada em 2010/03/19, apresentado por PEGOFA

– INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., com o NIPC n.º 508196981, com sede na Rua das Portas Verdes, n.º 3 – r/c, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/09/09, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos Da alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o n.º 8 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, por falta de verificação do cumprimento do Índice de Construção Bruto definido para a zona (0,8), dado a área total de construção proposta para o edifício a construir (1427,30m²) exceder a área máxima permitida para o prédio em causa (685,60m²), bem como pelo incumprimento da Densidade Habitacional Máxima aplicável (40 fogos/ha), dado o número de fogos proposto (9 fogos) exceder o número máximo de fogos permitidos para o prédio em causa (3 fogos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 942/11, DATADO DE 09/05/2011 – PC N.º 411/07, DATADO DE 22/06/2007 – SIMONE FERNANDES VALENTE

735 - Presente processo de licenciamento referente à obra de “*Construção de edifício habitacional e muros de vedação*”, a que foi atribuído o número de processo 411/07, a erigir em prédio urbano sito na **Avenida José Gregório**, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4040, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7153, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **SIMONE FERNANDES VALENTE**, com o NIF n.º 191090484, residente na Rua Dr. João Galo Pereira, n.º 4, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2010/04/29.

Presente deliberação camarária datada de 2014/07/31, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da referida operação urbanística.

Presente parecer técnico datado de 2014/09/05, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que esta tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2014/09/05, e tendo verificado que depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, a requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

Considerando que a interessada, SIMONE FERNANDES VALENTE, com o NIF n.º 191090484, residente em Rua Dr. João Galo Pereira, n.º 4, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, solicitou, em 2007/06/22, o licenciamento da obra de “*Construção de edifício habitacional e muros de vedação*”, a que foi atribuído o número de processo 411/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida José Gregório, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4040 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 7153, da referida freguesia de Marinha Grande;

Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 2010/04/29;

Considerando que o requerente devia ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja em 2012/10/02, e que não o fez - n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;

Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades, no prazo referido, no antecedente ponto 3, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 2013/04/02 - n.º 6 do citado art. 20.º do RJUE;

Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura - n.º 6 art. 20.º do RJUE;

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do art. 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, DECLARAR A CADUCIDADE do ato que aprovou o projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de edifício habitacional e muros de vedação*”, a que foi atribuído o número de processo 411/07, a erigir em prédio urbano sito na Avenida José Gregório, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4040, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7153, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por SIMONE FERNANDES VALENTE, com o NIF n.º 191090484, residente na Rua Dr. João Galo Pereira, n.º 4, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

referido regime jurídico, para que a requerente apresentasse os respetivos projetos das especialidades.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 928/14, DATADO DE 19/06/2014 – PC N.º 219/14, DATADO DE 19/06/2014 – SAICA PACK PORTUGAL, S.A.

736 - Presente pedido com o registo n.º 928/14, datado de 19/06/2014 relativo a **pedido de informação prévia para a ampliação de uma unidade industrial** existente na **Cova das Raposas, Pero Neto**, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 16401, 6752 e 19790, sendo o primeiro inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 17736 e os restantes inscritos na matriz predial rústica respetivamente sob os artigos n.º 10320 e 4392, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º **219/14**, com data de entrada de 19/06/2014, apresentado por **SAICA PACK PORTUGAL, S.A.**, com o NIPC 500 293 546, com sede na rua do Almirante Gago Coutinho, n.º 86, freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, concelho de Loures, distrito de Lisboa.

Presente informação técnica, datada de 04/09/2014, que reporta não ser viável a pretensão, por violar normas constantes no regulamento do PDM da Marinha Grande.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

INFORMAR, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, não ser viável a ampliação de uma unidade industrial existente na Cova das Raposas, Pero Neto, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 16401, 6752 e 19790, sendo o primeiro inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 17736 e os restantes inscritos na matriz predial rústica respetivamente sob os artigos n.º 10320 e 4392, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 219/14, com data de entrada de 19/06/2014, apresentado por SAICA PACK PORTUGAL, S.A., com o NIPC 500 293 546, com sede na rua do Almirante Gago Coutinho, n.º 86, freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, concelho de Loures, distrito de Lisboa, por ser passível de indeferimento ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do RJUE, por contrariar o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (PDMMG), ao propor a edificação da ampliação pretendida a uma distância inferior ao limite regulamentar de 15,0m à extrema poente do terreno, nos termos em que a mesma é apresentada na proposta.

INFORMAR, ao abrigo do n.º 4 do artigo 16º do RJUE, que se poderá vir a considerar viável uma ampliação da unidade industrial existente, desde que o respetivo processo de licenciamento, a apresentar, contemple e cumpra os seguintes condicionalismos:

- 1.- O afastamento mínimo dos edifícios, assim como quaisquer instalações de retenção ou depuração de efluentes (fossas sépticas, etc.) a construir no âmbito da ampliação pretendida, aos limites da parcela é de 15 m;**
- 2.- Deverá manter-se a rede de caminhos vicinais existente, podendo o seu traçado ser, contudo alterado, desde que com o anuimento expresso e devidamente registado dos titulares dos terrenos que por ela são servidos.**
- 3.- Deverá garantir-se a criação de áreas permeáveis com a criação de uma cortina vegetal ao longo das extremas do terreno, com uma largura mínima de 1,0m, devendo igualmente prever-se a utilização de grelhas de arrelvamento em áreas destinadas ao estacionamento de viaturas ligeiras, sem prejuízo da execução e instalação de outros sistemas de recolha e escoamento das águas pluviais.**
- 4.- O projeto a apresentar deverá cumprir o disposto no RJUE e garantir a sua correta articulação com o Sistema de Indústria Responsável (SIR), publicado pelo Decreto-Lei n.º169/2012, de 1 de Agosto.**
- 5.- Deverá proceder-se à unificação, num único prédio, junto da Conservatória do Registo Predial, da totalidade das parcelas sobre as quais se situa a operação urbanística em causa.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

737 - O Clube Recreativo Amieirinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização do 4º Grande Prémio de Atletismo da Amieirinha.

Presente informação nº 71/AF de 13 de setembro de 2014, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de

bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar da autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - EDIFÍCIOS DEGRADADOS – AV.ª. 1.ª DE MAIO, NºS. 58/60 – MARINHA GRANDE – AUTO DE VISTORIA - REALIZAÇÃO DE TRABALHOS URGENTES - NOTIFICAÇÃO DOS HERDEIROS – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO.

738 - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 20-02-2014, foi apreciado o teor do auto de vistoria e as conclusões nele expostas e determinado aos proprietários do prédio sito na Av.ª. 1.ª de Maio, n.ºs. 58-60, desta cidade, que no prazo de máximo de dois meses realizassem os seguintes trabalhos considerados urgentes para eliminar os riscos e perigosidades decorrentes do estado de degradação das edificações:

1. Demolição dos anexos;
2. Encerramento dos vãos dos edifícios principais, com panos de alvenaria de tijolo assente com argamassa de cimento e areia ao traço 1:4 ou 1:5;
3. Encerramento da cobertura das chaminés e outros ductos verticais, impedindo a entrada direta de água das chuvas;
4. Reparação e consolidação dos elementos salientes das fachadas (beirados e cornijas), evitando a sua queda sobre a via pública e potencial degradação do edifício;
5. Reparação das coberturas, incluindo reparação da estrutura de suporte da cobertura e substituição de telhas danificadas ou ausentes por outras idênticas ou semelhantes;
6. Picagem e revestimento a reboco de argamassa bastarda de cal, cimento e areia, ao traço 1:2:9 ou similar, das fachadas das edificações.

Em 06-06-2014, por ofício da PSP, à qual foi solicitada a colaboração na notificação pessoal da Cabeça de Casal da Herança, Olimpia Carvalho Pereira Quitéria Lopes, veio esta força de segurança informar que a mesma havia falecido e que os proprietários seriam agora os seus filhos, Ricardo José Pereira Lopes e Anabela Pereira Lopes de Faria, aos quais foram enviadas as notificações S/2070/2014 e S/2071/2014, de 13-06-2014, com o conteúdo daquela deliberação camarária.

Em 30-06-2014, o herdeiro Ricardo José Pereira Lopes requereu a prorrogação do prazo concedido para a realização dos trabalhos nos prédios em causa, visto ser sua intenção proceder à demolição de todas as edificações existentes.

A Câmara Municipal apreciou e tendo em conta o lapso de tempo já decorrido desde o termo do prazo anteriormente concedido (ocorrido a 26-08-2014) e os riscos e perigosidades existentes no local, os quais se agravarão com a chegada de um novo inverno, delibera conceder a prorrogação do prazo por mais 1 (um) mês a contar da data de receção das notificações da presente deliberação, para realização de todos os trabalhos, sem prejuízo do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de controlo preventivo das operações urbanísticas a realizar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - RECEPÇÃO DEFINITIVA

739 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Ampliação da escola das Trutas – Concurso Público n.º 04/2006”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 03 de maio de 2007, à empresa “Henrique Querido – Construção civil e Obras Públicas, Lda.”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – ALTERAÇÃO AO PROJECTO

Antes da votação deste ponto, verificaram-se as seguintes intervenções:

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** disse que não compreende como é que não se previu desde o início as condições acústicas existentes, e porque é que foi feito o auto de receção provisória se havia estas alterações, que tanto quanto percebeu não são passíveis de financiamento.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que as obras foram feitas de acordo com o projeto. No decurso da obra é que se chegou à conclusão de que seria possível melhorar as

condições acústicas, devido à chamada de atenção dos técnicos. Isto é uma alteração ao próprio projeto.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que é claramente um erro de projecto, em que se está agora a melhorar e a minimizar o erro cometido inicialmente, quando se iniciou a obra, altura em que se devia ter previsto o isolamento das portas e paredes, uma vez que a sala está junto a uma estrada. Também não compreende que se tenham comprado cadeiras e não tenha sido prevista a sua numeração.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que as alterações já estão executadas.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que teria sido de bom tom que as alterações tivessem vindo a reunião antes de terem sido executadas. Perguntou se por se tratar de uma obra financiada pelo FEDER pode sofrer alterações.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que pode, conforme verificação da gestora do projeto do Mais Centro.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que se deve ser complacente, pois pode haver alguns erros, e até as grandes empresas os cometem. Não lhes chamaria erros de projeto mas sim situações que não foram devidamente avaliadas, o que até é compreensível num tipo de reabilitação como esta. Houve uma resposta célere da Câmara em termos de uma situação que não estava tão bem, e agora está excelente. Esclareceu que não se trata de alcatifa, mas sim de um outro tipo de produto que responde a questões de resistência ao incêndio e de saúde e higiene. Não lhe repugna que se tenha encontrado uma boa solução para todos os marinhenses e a resposta teve que ser rápida e imediata, e o Presidente da Câmara fez o enquadramento jurídico e legal junto da CCDR.

A **Sr.^a Vereadora Maria João** disse que está tudo certo, mas que se trata de dinheiros públicos, e custa-lhe que tenha sido apresentado um auto como se tudo estivesse correto. Avaliou-se, resolveu-se tudo, só que custa dinheiro, dinheiro a mais, que é de todos.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que não põe em causa que a solução encontrada seja boa, mas continua a considerar que é um erro de projeto, que era detetável no início, e que se fosse visto e alertado nessa altura evitava gastar mais dinheiro.

Findas as intervenções, o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

740 - Considerando que:

1. A requalificação do Teatro Stephens e a sua conversão em espaço multifuncional preservou o volume arquitetónico da sala, respeitando a geometria da plateia, do balcão e camarotes do piso superior;

2. A configuração original da sala, pelo paralelismo das suas paredes laterais, contraria os melhores princípios teóricos de difusão acústica do som, em que se privilegia uma geometria angular com abertura maior no sentido da propagação do som;
3. Para "preservar" a arquitetura original, a requalificação incidiu na correção acústica da sala através de novos materiais no revestimento das paredes envolventes e na redefinição da geometria do teto para um melhor comportamento do som no interior do auditório;
4. Não obstante estas melhorias, concluída que foi a requalificação arquitetónica e após ensaio dos sistemas de som, se revela necessário um incremento dos elementos absorventes do interior da sala;
5. Não é possível uma "adição" de novos elementos com estas características nas paredes sem que se perca a simplicidade estética e leitura harmoniosa da sala, considerou-se viável técnica e esteticamente, a substituição do revestimento do pavimento executado em laminado de madeira flutuante por alcatifa de alta resistência;
6. Este novo revestimento de piso, certificado nas suas propriedades de resistência ao fogo e qualidade do ar interior, amplia as capacidades de absorção acústica da sala, sem alterar a imagem da sala ou adicionar volumes de correção acústica no interior permitindo manter, na sua essência, a imagem final da requalificação preconizada.
7. A requalificação da Casa da Cultura manteve uma característica pouco comum entre edifícios desta tipologia, que é a existência de vãos diretamente da sala para as fachadas exteriores, mas que esta singularidade implica que estes vãos se convertam em pontos frágeis para a introdução na sala dos ruídos aéreos do exterior, principalmente os gerados pela passagem de tráfego automóvel.
8. Não se vislumbra a possibilidade a curto prazo de retirar a passagem de tráfego automóvel da proximidade da fachada principal do edifício
9. Os níveis de isolamento da caixilharia são descompensados pela pouca massa volumica destes elementos construtivos, é imprescindível proceder a uma correção acústica dos vãos através da colocação pelo interior, de painéis de correção acústica que terão a função de absorver os sons aéreos que trespassam para o interior por vibração da caixilharia aquando da passagem de veículos pesados.
10. Para não desvirtuar a solução do projeto inicial e a possibilidade de utilização dos vãos, se conceberam portadas funcionais revestidas pela face exterior com espumas acústicas, que sendo passíveis de abertura se necessário, quando fechadas, constituem-se como um isolamento adicional na zona dos vãos.

Assim, a Câmara Municipal, no âmbito da *Requalificação do Património Stephens – CASA DA CULTURA*, delibera aprovar as alterações introduzidas ao projeto de arquitetura inicial e a consequente alteração no âmbito da candidatura apresentada ao programa Mais Centro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Analisada a documentação deste processo verifica-se que o motivo que justifica a alteração do projecto corresponde a erros de projecto que podiam ter sido evitados se tivesse sido dada mais atenção à obra em causa. Veja-se:

- Todos sabíamos que a sala era muito antiga com paredes paralelas e por isso com pouca acústica. Por esta razão houve preocupação no projecto para as paredes laterais e para o tecto. Porque não foi prevista a colocação de alcatifa no chão no projecto inicial? Nas salas de espectáculos que conheço nenhuma tem um chão laminado de madeira flutuante, sobretudo se passar uma estrada ao lado.

- Já se sabia que a estrada contígua ao Teatro Stephens era de piso de paralelo e que a passagem dum carro provoca ruído. Porque é que o projecto não preveniu o isolamento das janelas e das portas? Quando há uns meses visitei a Casa da Cultura, falei com o vereador Vítor Pereira sobre este assunto.

- Como é possível comprar cadeiras para um auditório e não incluir a sua numeração? Nunca vi tal coisa e disto falo com conhecimento de décadas.

Chamo ainda a atenção para o ponto 4 do parecer técnico que refere a ordem de serviço do Sr. Presidente para a necessidade urgente e inadiável destas obras, com a justificação de imprescindível, ter sido emanada a 24 de Fevereiro de 2012, estando por cumprir neste ponto até aos dias de hoje.

Se tem sido nesta altura poderia ter sido feito um concurso público. Agora que estamos pressionados com o atraso de mais de dois anos, fizemos um ajuste direto em Agosto. Questionei se à data de hoje já está tudo pronto, a que o executivo permanente respondeu que sim.

São estes erros que com uma análise mais cuidada e com maior competência podiam evitar gastos desnecessários de quase 50.000 €.

Uma última questão, esta obra é financiada ao abrigo do FEDER, no âmbito da contratualização com o Mais Centro. Pode sofrer alterações? Estão previamente autorizadas pela CCDR_C ? O Sr. Presidente e o vereador Paulo Vicente confirmam que podem.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Voto favoravelmente a alteração deste projecto pois de nada vale esta discussão quando foi adjudicada a execução das obras referentes á alteração em apreço, em Agosto, com 30 dias de prazo. Hoje, 18 de Setembro, já estão efectuadas as alterações. Seria mais responsável trazer este assunto à reunião de câmara antes de ter sido decidida a execução das obras, não deixa de ser um procedimento da administração anacrónico.”

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente devido à premência de resolução desta situação, discordando do facto de só demasiado tarde se ter dado conta da necessidade de modificação dos materiais com os inerentes custos financeiros que esse custo acarreta para o erário.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente as alterações ao projeto inicial da Casa da Cultura porque as mesmas vêm contribuir significativamente para a melhoria das condições de funcionamento, comodidade e segurança dos utentes. Estas alterações não eram detetáveis em fevereiro de 2012, aquando da emissão da ordem de serviço do Sr. Presidente. Esta ordem de serviço é genérica e não específica para este caso.”

15 - ALIENAÇÃO DO PRÉDIO SITO NA AMIEIRINHA - MARINHA GRANDE, DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DA MARINHA GRANDE SOB Nº 19947 E INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P19856, COM A ÁREA TOTAL DE 1.096,50 M². ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA.

741 - Presente auto de arrematação do dia dois de setembro de dois mil e catorze, no qual consta a deliberação de adjudicação provisória da alienação do prédio sito na Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob nº 19947 e inscrito a favor do Município na matriz predial urbana sob o artigo P19856, com a área total de 1.096,50 m², à sociedade Carfi – Fábrica de Plásticos e Moldes, S.A., pelo valor de dois mil seiscientos e vinte e cinco euros.

Presente certidão da autoridade tributária e aduaneira e declaração da segurança social, pelas quais se atesta que o adjudicatário provisório se encontra em situação regularizada perante o Estado.

Considerando que não existem quaisquer obstáculos à adjudicação definitiva da alienação do referido prédio.

A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera adjudicar definitivamente a alienação do prédio sito na Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob nº 19947 e inscrito a favor do Município na matriz predial urbana sob o artigo P19856, com a área total de 1.096,50 m², à sociedade Carfi – Fábrica de Plásticos e Moldes, S.A., com o NIPC 501221387, pelo valor de dois mil seiscentos e vinte e cinco euros.

Mais delibera notificar o adquirente para marcação da escritura pública no prazo de sessenta dias úteis, da qual devem constar as condições enunciadas na deliberação camarária de três de julho de dois mil e catorze.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE AGOSTO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.

742 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião de 23/01/2014, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- Se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de agosto de 2014 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de agosto de 2014 atenta deliberação camarária tomada na sua reunião de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

17 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO PERÍODO DE 1 JUNHO A 31 DE AGOSTO DE 2014.

743 - Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 26-12-2013, deliberou, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal:

- A. A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:
1. À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pela Câmara Municipal, independentemente do valor;
 2. Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, que tenham sido precedidos de procedimento de concurso público, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;
 3. Aos encargos decorrentes da adjudicação e/ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;

- B. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.
- C. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.
- D. Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal em todas as sessões ordinárias deste órgão.

Considerando que, na sessão ordinária de 30-12-2013, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, conceder autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais, nos termos propostos.

Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 20-02-2014, deliberou, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal um aditamento à autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais referida nos parágrafos anteriores, nomeadamente:

- A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:
 - 1) À aprovação de revisão ou atualização de preços de contratos já celebrados, desde que resultantes de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas nos clausulados contratuais;
- B) Nos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão de verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.
- C) Nos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.
- D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.

Considerando que, na sessão ordinária de 28-02-2014, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, aprovar o aditamento à autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais nos termos propostos pela Câmara Municipal.

Assim, apresenta-se informação n.º CS/39/2014 de 12-09-2014 referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande no período de 1 de junho

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

a 31 de agosto de 2014, que foram objeto de autorização prévia genérica pela Assembleia Municipal e que, quando aplicável, possuem contrato escrito assinado no mesmo período.

Atenta a informação prestada, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 32.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, remeter à Assembleia Municipal a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos no período de 1 de junho a 31 de agosto de 2014, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida para o ano de 2014 pelo órgão deliberativo na sua sessão de 30-12-2013 com as alterações introduzidas na sessão de 28-02-2014, para efeitos de aplicação e cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE GUIA TURÍSTICO DO CONCELHO EM PORTUGUÊS E INGLÊS”

744 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer

prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e no art.º 2º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 15472/2014 e informação I/1214/A/2014, da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de “*Serviços de impressão de Guia Turístico do Concelho em Português e Inglês*”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços especializados de impressão e respectivo fornecimento de materiais, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 16/09/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o concurso público de acordo com o disposto nos artigos 16º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação de “*Serviços de impressão de Guia Turístico do Concelho em Português e Inglês*”, nas classificações orgânica/económica 06/ 020115 e 06/ 02011699, ação do PAM 2014/A/162, tendo sido emitidos os cabimento n.º 2234/2014 e n.º 2235/2014, pelos serviços da área de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 6.120,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2013, não havendo, por este facto, termo de comparação, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação de *“Serviços de impressão de Guia Turístico do Concelho em Português e Inglês”*, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de impressão de Guia Turístico do Concelho em Português e Inglês”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE “CONCERTO DE ANTÓNIO ZAMBUJO”.

745 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a

Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e no art.º 2º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 13923/2014 e informação I/1222/2014, da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação do “*Concerto de António Zambujo*”, a realizar no dia 21 de novembro de 2014, na Casa da Cultura-Stephens, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de espectáculo musical, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 16/09/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DCD propõe o convite à empresa SONS EM TRÂNSITO - ESPECTÁCULOS CULTURAIS, UNIPessoal, LDA, NIPC 506 734 579, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação do “*Concerto de António Zambujo*”, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2014/A/123, tendo sido emitido o cabimento n.º 2236/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 8.500,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2013, não havendo, por este facto, termo de comparação, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação do *“Concerto de António Zambujo”*, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação do *“Concerto de António Zambujo”*, a realizar no dia 21 de novembro de 2014, na Casa da Cultura-Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - CRIAÇÃO DE POSTO DE COBRANÇA NA TESOUREARIA

746 - Presente informação da Área Financeira sobre a necessidade de criação de mais um posto de cobrança na Tesouraria do Município de modo a possibilitar um saldo em dinheiro que permita, no dia a dia, efetuar os trocos, devendo a funcionária abaixo identificada ficar responsável pelo mesmo:

LOCAL	RESPONSÁVEL	SALDO
Tesouraria do Município	Clara Maria Filipe Marques	100,00 €

Apreciada a informação, a Câmara Municipal delibera, por unanimidade, a criação de mais um posto de cobrança na Tesouraria Municipal, nomeando o responsável e constituindo um saldo, de acordo com o quadro supra.

21 - 17.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2014 – 3.ª REVISÃO

747 - Presente proposta da 17ª Modificação – 3ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2014, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

3ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2014, no valor de 229.150,00 euros nos reforços e 229.150,00 euros nas anulações;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2014, no valor de 206.500,00 euros nos reforços e 206.500,00 euros nas anulações;

3ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2014, no valor de 22.500,00 euros nos reforços e 42.150,00 euros nas anulações, com inscrição em anos seguintes de 24.500,00 euros e anulações de 10.000,00 euros.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 17ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, constituída pela 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 3ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS, ESTUDO DO TARIFÁRIO E ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO REGULAMENTO DE TARIFAS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSOS INCLUÍDOS NA AÇÃO 2014/A/184 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2014

748 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que dêem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013, aditada pela deliberação tomada em sessão do mesmo órgão de 28/02/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2014, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2013;

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DAM para a realização de procedimento de ajuste direto para a “ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS, ESTUDO DO TARIFÁRIO E ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO REGULAMENTO DE TARIFAS”, atenta informação I/1204/2014 de 14/08/2014 e requisição interna 11624;

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, não foi prevista a inscrição de dotação para a assunção desta despesa;

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, “*Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.*”;

Considerando a inscrição na 17.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, 3.ª Revisão, nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/184 com a designação “TARIFÁRIOS E REGULAMENTOS NO ÂMBITO DO SERVIÇO DA AAS”, com uma dotação de 21.500,00 euros no ano de 2014 e 14.500,00 euros no ano de 2015;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS, ESTUDO DO TARIFÁRIO E ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO REGULAMENTO DE TARIFAS”, até ao valor de catorze mil e quinhentos euros, no ano de 2015, para efeitos do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2014 A COBRAR NO ANO DE 2015

Assunto retirado da ordem do dia.

24 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA RESPEITANTE AO ANO DE 2014 A LIQUIDAR NO ANO DE 2015

749 - Nos termos do disposto na alínea a) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, diploma que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o produto da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), constitui receita dos municípios.

Conforme estipulado na alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal fixar anualmente o valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, mediante proposta da Câmara Municipal, conforme disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal.

Considerando que nos termos do n.º 5 do art.º 112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, de ora em diante designado por CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano aos prédios urbanos, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, com a redação dada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Considerando que a deliberação que fixa as taxas do IMI deve ser comunicada à Direção Geral dos Impostos, por transmissão eletrónica de dados, até ao dia 30 de novembro de 2014, atento o disposto no n.º 13 do art.º 112.º do CIMI;

Considerando que o intervalo preceituado na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI, para os prédios urbanos, varia de 0,3 % a 0,5 %;

Considerando os investimentos em curso e que se perspetivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infra-estruturas de redes municipais e requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2015.

Considerando a atual conjuntura económica e social do país e todo o esforço que está a ser requerido à população em geral e em especial aos munícipes do concelho da Marinha Grande.

A Câmara Municipal propõe fixar em 0,3% a taxa de IMI para os prédios urbanos, respeitante ao ano de 2014 a liquidar no ano de 2015, em cumprimento do intervalo preceituado na alínea c) do n.º 1 do art.º 112 do CIMI.

Considerando o exposto, a Câmara Municipal delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para os prédios urbanos em 0,3%, respeitante ao ano de 2014 a liquidar no ano de 2015, para que o órgão deliberativo fixe as mesmas nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25 do mesmo diploma legal, atenta a necessidade da sua comunicação, até ao dia 30 de novembro de 2014, à Direção Geral dos Impostos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DE RETRATO DA SR.ª D.ª MARIANA LOPES VIEIRA

750 - Presente proposta de doação com o registo E/7199/2014 de D.ª Maria Isabel Aboim Amado de Sousa Carvalho, viúva, residente em Monte da Ribeira, 7940-353 VILA ALVA.

A D.ª Maria Isabel Aboim Amado de Sousa Carvalho pretende doar à Casa-Museu Afonso Lopes Vieira um “Retrato da Sr.ª D.ª Mariana Lopes Vieira (mãe do poeta Dr. Afonso Lopes Vieira)”, para ser utilizado exclusivamente para fins museológicos.

Trata-se de um bem com interesse documental, artístico e museológico para a vocação e objetivos da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira.

Deste modo, atendendo à importância do bem que pretende doar, que muito contribuirá para o enriquecimento do acervo da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, propõe-se a aceitação da doação e a respetiva integração no acervo da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, para fins exclusivamente museológicos.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação supra referida nos termos descritos, uma vez que se trata de um bem com interesse documental, artístico e museológico para a vocação e objetivos da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, que deverá ser utilizado para fins exclusivamente museológicos.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

26 - REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 45, SITO NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL, CAMARNAL – DORINDO EDGAR ALMEIDA GLÓRIA SANTOS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

751 - Presente informação n.º 1240 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 29 de agosto do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua Bairro do Camarnal:

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14 (SET.)	RENTA/14 (OUT.)
Dorindo Edgar Glória Santos	45	28/08/2013	37,42€	32,85€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 32,85€ (trinta e dois euros e oitenta e cinco cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de outubro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - REAPRECIÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 55, SITO NA RUA ANTÓNIO LOPES, CAMARNAL – LETÍCIA FERNANDES CORREIA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

752 - Presente requerimento de Lina Maria Fernandes Correia Lopes Ferreira, com o registo de entrada n.º 6939, datado de 27 de agosto do corrente ano, no qual dá conta da alteração do agregado familiar dos progenitores, por motivo de falecimento de um dos elementos que constituíam o referido agregado familiar.

Presente informação n.º 1276 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 8 de setembro do corrente ano, a dar conta da necessidade de reapreciação do valor da renda da referida habitação social, na sequência da comunicação do óbito de Júlio Duarte Lopes, marido da titular do contrato de arrendamento.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, o marido da titular do contrato faleceu no passado dia 31 de julho, do corrente ano;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Rua António Lopes:

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13 (NOV.º)	RENTA/14 (OUT.º)
Letícia Fernandes Correia	55	04/11/2004	97,40€	11,10€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 11,10€ (onze euros e dez cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de outubro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE OUTUBRO DE 2014.

753 - Presente informação n.º 1268/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 4 de setembro, referente à necessidade de atualizar (anualmente) o valor de algumas rendas de habitação social.

Considerando que, os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar:

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder em conformidade, sendo os valores de renda a aplicar, a partir de outubro do corrente ano, os constantes nos quadros seguintes:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

A PARTIR DE OUTUBRO:

Avenida da Liberdade (Bloco L/M)

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENDA/13	RENDA/14
M	Adriano Jorge Carriço	2.º Dto	01/10/2007	4,85€	4,85€

Rua Professor Melo Vieira

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENDA/13	RENDA/14
5	Genoveva Rosa Glória	R/C Dto	01/10/2012	38,96€	39,81€

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - APROVAÇÃO DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO E DA TABELA DE COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR - COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2014/2015

754 - Presente a informação n.º 1295, de 12 de setembro de 2014, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, para apresentação de proposta de implementação da Componente de Apoio à Família nos estabelecimentos de 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho Marinha Grande, um projeto piloto, que consistirá, na criação de três salas de Componente de Apoio à Família nos estabelecimentos de 1.º ciclo do ensino básico dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente, Nascente e de Vieira de Leiria, designadamente, nas Escolas Prof. Francisco Veríssimo, João Beare e António Vitorino.

Considerando que o Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho de 2013, do Ministério da Educação e da Ciência, criou a Componente de Apoio à Família, destinada a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes ou depois da componente curricular e de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva.

Considerando que, nos termos do n.º 2, do artigo 5.º do Despacho n.º 9265-B/2013, a Componente de Apoio à Família é implementada por autarquias e outras mediante acordo com os respetivos agrupamentos de escola.

Considerando que a ausência de respostas ao nível de atividades de acompanhamento dos alunos do 1º ciclo após as atividades letivas e/ou nas interrupções letivas, tem sido uma lacuna neste concelho que importa colmatar.

Considerando que os Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente, Nascente e de Vieira de Leiria demonstraram junto da autarquia a necessidade de implementar esta

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

valência, durante o ano letivo 2014/2015, designadamente na Escola Básica Prof. Francisco Veríssimo, na Escola Básica João Beare e na Escola Básica António Vitorino.

Considerando que a Componente de Apoio à Família já é desenvolvida ao nível do pré-escolar, como Atividades de Animação e de Apoio à Família, com bastante sucesso e com aumento anual de alunos inscritos.

Considerando que estas iniciativas visam numa primeira medida, a efetiva concretização de projetos de enriquecimento curricular e de implementação do conceito de escola a tempo inteiro.

Considerando o papel fundamental que o Município da Marinha Grande tem ao nível da promoção de respostas diversificadas, em função da realidade local, de apoio às escolas, às famílias e aos alunos.

Considerando, ainda, a importância de continuar a adaptar os tempos de permanência dos alunos na escola, às necessidades das famílias e simultaneamente de garantir que os tempos de permanência na escola sejam pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas.

Considerando, ainda, que cabe aos serviços da Câmara Municipal a definição das comparticipações financeiras das famílias, pela utilização dos serviços da Componente de Apoio à Família;

Considerando que o valor mensal da comparticipação familiar é calculado em função do posicionamento do escalão do Abono de Família, atribuído de acordo com os serviços da Segurança Social, bem como as normas definidas anualmente pelo Ministério de Educação, para cálculo dos subsídios no âmbito da Ação Social Escolar.

A Câmara apreciou a informação e delibera, ao abrigo das alíneas e) e hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprovar as Normas de Funcionamento da Componente de Apoio à Família nos estabelecimentos de 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho da Marinha Grande, e respetiva Tabela de Comparticipação Familiar, para o ano letivo 2014/2015, que constam como anexo I e II à presente deliberação (Anexo 1 da presente ata).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezassete de setembro de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

7.055.659,52€ (sete milhões, cinquenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

INICIATIVA DA ACIMG – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** deu conhecimento da iniciativa que a ACIMG vai levar a efeito no próximo dia 4 de outubro, no centro histórico, que coincidirá com a Semana do Design, tendo ficado acordado inseri-la na programação cultural e de lazer desta semana, e assim proporcionar uma participação ativa dos comerciantes neste evento promovido pela Câmara.

Esta iniciativa revela uma boa dinâmica da ACIMG que não se via anteriormente.

Esteve presente a representante da Associação, que se disponibilizou para esclarecer qualquer dúvida colocada, o que não foi necessário.

Para melhor fundamentar a iniciativa anexam-se à presente ata os documentos enviados pela ACIMG e que fazem o seu enquadramento (**Anexo 2**).

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

755 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:00 horas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
18/09/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

No final foi elaborada esta ata, que eu, **Maria Fernanda Carvalho Vaz**,
Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º
75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião